EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DE UMA CLÍNICA DE FINANÇAS PESSOAIS

Eliane Cortes Braga (UFRRJ) - elianecortes@gmail.com

Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrgues (UFRRJ) - edsafortes@gmail.com

Resumo:

As complexidades encontradas nos cenários econômicos atingem também a gestão pessoal e familiar. Nesse cenário, a educação financeira ganha relevância na sociedade, pois implica em muitas das decisões tomadas pelos indivíduos em suas vidas, impactando o seu presente e futuro. Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a importância da educação financeira na vida dos atendidos por um serviço oferecido pela Escola de Educação Financeira no Rio de Janeiro, denominado Doutor Finanças. E, os seguintes objetivos específicos: analisar se o serviço pode contribuir para o bem-estar dos atendidos; verificar as recomendações feitas aos atendidos; e, se os atendidos tiveram uma assiduidade mínima necessária no programa. Foram analisados 52 formulários de indivíduos atendidos, em sua maioria no ano de 2017 e verificou-se que a maior parte das pessoas que procurou o serviço é do gênero feminino, na faixa etária dos 31 a 50 anos, casados e com renda superior a um salário mínimo e inferior a cinco salários mínimos. As razões apresentadas pela procura do serviço são a busca de orientações sobre endividamento e planejamento financeiro. As principais recomendações dadas aos atendidos foram a elaboração do balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa. Foi elaborado um modelo Logit para verificar a assiduidade mínima ao programa e constatou-se que as variáveis renda e idade apresentaram significância estatística enquanto que as variáveis gênero e se o participante está ou não empregado não se mostraram estatisticamente significativas. Foi utilizado ainda o teste de Hosmer-Lemeshow (H-L) para confirmação do modelo usado.

Palavras-chave: *Educação financeira; Clínica de finanças pessoais; Logit.*

Área temática: *Educação e Pesquisa em Contabilidade*

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DE UMA CLÍNICA DE FINANÇAS PESSOAIS

RESUMO:
As complexidades encontradas nos cenários econômicos atingem também a gestão pessoal e familiar. Nesse cenário, a educação financeira ganha relevância na sociedade, pois implica em muitas das decisões tomadas pelos indivíduos em suas vidas, impactando o seu presente e futuro. Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a importância da educação financeira na vida dos atendidos por um serviço oferecido pela Escola de Educação Financeira no Rio de Janeiro, denominado Doutor Finanças. E, os seguintes objetivos específicos: analisar se o serviço pode contribuir para o bem-estar dos atendidos; verificar as recomendações feitas aos atendidos; e, se os atendidos tiveram uma assiduidade mínima necessária no programa. Foram analisados 52 formulários de indivíduos atendidos, em sua maioria no ano de 2017 e verificou-se que a maior parte das pessoas que procurou o serviço é do gênero feminino, na faixa etária dos 31 a 50 anos, casados e com renda superior a um salário mínimo e inferior a cinco salários mínimos. As razões apresentadas pela procura do serviço são a busca de orientações sobre endividamento e planejamento financeiro. As principais recomendações dadas aos atendidos foram a elaboração do balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa. Foi elaborado um modelo Logit para verificar a assiduidade mínima ao programa e constatou-se que as variáveis renda e idade apresentaram significância estatística enquanto que as variáveis gênero e se o participante está ou não empregado não se mostraram estatisticamente significativas. Foi utilizado ainda o teste de Hosmer-Lemeshow (H-L) para confirmação do modelo usado.

Palavras-chave: Educação financeira; Clínica de finanças pessoais; Logit.

Área temática do evento: Educação e Pesquisa em Contabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, muitas pesquisas com a temática *Financial Literacy* têm sido realizadas, principalmente nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Porém, mesmo nos países citados, conforme pesquisas realizadas, os indivíduos apresentam dificuldades com a elaboração de planejamentos financeiros, o que provoca sérios impactos na fase da aposentadoria e no processo de acumulação de riqueza (LUSARDI; MITCHELL, 2014). O termo *Financial Literacy*, no Brasil, traduzido como educação financeira e em Portugal como Literacia Financeira. Alguns autores entendem que o conceito de literacia financeira é mais amplo que educação financeira.

As alterações demográficas e econômicas, que incluem o desenvolvimento e liberalização dos mercados financeiros, bem como o aumento da sua complexidade e a maior facilidade na obtenção de crédito são alguns dos fatores que contribuíram para que a educação financeira ganhasse uma crescente relevância na sociedade.

Sendo assim, reconhecendo a necessidade de se estimular a poupança para a aposentadoria e melhorar a compreensão das pessoas sobre os produtos financeiros, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou o *Financial Education Project* para estudar a educação financeira e propor programas aos seus países-membros (OCDE, 2004).

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – foi instituída por meio do Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, com os objetivos de promover a educação financeira e previdenciária; contribuir para o fortalecimento da cidadania e na tomada

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

de decisões conscientes por parte dos consumidores; e colaborar no aumento da eficiência e solidez do sistema financeiro nacional (ENEF, 2010).

A ENEF estabelece uma política permanente do Estado para a educação financeira, convocando a ação conjunta dos setores público e privado e possui gestão centralizada e execução descentralizada (ENEF, 2010). Dessa forma, várias organizações buscam realizar atividades para promoção da educação, tais como: o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a B3 – Bolsa de Valores - e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). No estado do Rio de Janeiro, existe a Escola de Educação Financeira mantida pelo Rioprevidência, que é o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, que oferece cursos e alguns serviços gratuitos relacionados a economia e finanças.

A educação financeira tem grande relevância na sociedade, pois implica em muitas das decisões tomadas pelos indivíduos em suas vidas, impactando o seu presente e futuro. Uma pessoa bem informada detém o conhecimento necessário para efetuar escolhas mais conscientes e, por conseguinte, tomar decisões mais acertadas no futuro (HENRIQUES, 2010). As complexidades encontradas nos cenários econômicos atingem também a gestão pessoal e a gestão da família; isto é, os indivíduos precisam tomar decisões importantes para atender às suas necessidades estratégicas e operacionais (MARION, 2008).

De acordo com Silva (2008), poucas pesquisas têm demonstrado a existência de sinais de desenvolvimento das habilidades financeiras em algumas fases da vida juvenil e adulta, como durante o período de educação superior, na entrada no mercado de trabalho, ao atingir a independência e formar uma família própria, e também na chegada dos filhos. No entanto, trata-se de uma desconhecida minoria da população que poderia alcançar altos níveis de educação financeira e aplicar suas habilidades em assuntos econômicos pessoais, da comunidade e nacionais.

Porém, o que se verifica é que a maioria da população adulta possui pouco conhecimento sobre conceitos econômicos, habilidades para as finanças pessoais, assuntos de instituições financeiras, e que esses indivíduos não estão aptos para lidar com diversos assuntos de caráter econômicos e financeiros pessoais e também com o manuseio do dinheiro (SILVA, 2008).
O endividamento e a inadimplência são problemas para os quais a educação financeira pode auxiliar na solução. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o endividamento dos brasileiros atingiu, em março de 2022, a máxima histórica para o mês, de 77,5%, a maior proporção já registrada nos 12 anos do levantamento (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

Outro ponto de destaque foi o recorde histórico dos indicadores de inadimplência, no qual 31,1% das famílias de menor renda encerraram o primeiro trimestre deste ano (2022) com dívidas. O cartão de crédito seguiu como destaque absoluto, representando 87% do total de famílias endividadas no país (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo geral: investigar a importância da educação financeira na vida dos atendidos por um serviço oferecido pela Escola de Educação Financeira no Rio de Janeiro, denominado Doutor Finanças. E, os seguintes objetivos específicos: analisar se o serviço pode contribuir para o bem-estar dos atendidos; verificar as recomendações feitas aos atendidos; e, se os atendidos tiveram uma assiduidade mínima necessária no programa, uma vez que os pesquisadores planejam implantar uma clínica no mesmo modelo na Baixada Fluminense, no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRRJ no município de Nova Iguaçu.

Há o interesse na implantação e manutenção de uma clínica de finanças pessoais, dessa forma, buscou-se investigar não apenas o interesse no serviço, mas compreender como alguns

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

fatores podem interferir na permanência do programa, tendo em vista que a solução de muitas questões financeiras demandam algum tempo e orientação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Literacia ou Alfabetização Financeira

Nos últimos anos, muitos autores têm discutido e estudado a respeito da importância da literacia financeira, como um instrumento que busca aprimorar a capacidade de decisão e de escolha de produtos financeiros por parte dos indivíduos, contribuindo desta maneira para a melhoria do seu bem-estar financeiro (FERNANDES, 2011).

Na literatura internacional aparece a expressão *Financial Literacy,* que, no Brasil, é traduzida como Educação Financeira, por alguns autores, e como Alfabetização Financeira, por outros. Em Portugal, a mesma expressão recebe a tradução de Literacia Financeira e possui um conceito mais amplo.

Uma vez que a expressão aborda conceitos diferentes, Huston (2010) argumenta que utilizá-los de modo equivalente pode causar confusão, visto que a alfabetização financeira vai além da educação financeira, simplesmente. De acordo com a autora, a alfabetização financeira tem duas dimensões: a compreensão, isto é o conhecimento financeiro pessoal ou educação financeira, e a sua utilização, ou seja, a aplicação de tais conhecimentos na gestão das finanças pessoais.

Para Antoni (2014), a literacia financeira compreende os seguintes aspectos: conhecimentos, habilidades e atitudes (KSA – *Knowledge, Skills e Attitude*) dos consumidores. Estes devem possuir conhecimentos sobre conceitos e produtos ou serviços financeiros. Esse conhecimento financeiro deve ser traduzido em habilidades financeiras que incluem a determinação de metas financeiras, controle financeiro, escolha de produtos ou serviços financeiros e a elaboração de um plano financeiro. Além disso, os consumidores devem ter confiança e ter uma atitude financeira positiva em relação às suas habilidades financeiras. Níveis aprimorados de literacia financeira podem levar os indivíduos a níveis elevados de inclusão financeira.

Potrich, Vieira e Ceretta (2013) citam uma extensa revisão teórica abrangendo estudos sobre alfabetização financeira, desenvolvidos entre os anos 2000 e 2010 por Remund (2010) que identificou que não há uniformidade entre os conceitos propostos, porém, a maioria das definições sobre o assunto utiliza-se das categorias a seguir: conhecimento de conceitos financeiros, habilidade para comunicar conceitos financeiros, atitude para gerenciar as finanças pessoais, habilidade para tomar decisões financeiras apropriadas e confiança para planejar as necessidades financeiras futuras.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a educação financeira da seguinte maneira:

> O processo pelo qual o consumidor financeiro/investidor melhora seu entendimento dos produtos financeiros e dos conceitos, por meio de informação, de instrução e de aconselhamento, com o objetivo de desenvolver as habilidades e a confiança, para se tornar mais consciente dos riscos financeiros e fazer escolhas bem informadas, para saber aonde ir para obter ajuda, e realizar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (LUSARDI; MITCHELL, 2007, p. 36).

Da definição da OCDE (OCDE, 2005), citada por Lusardi e Mitchell (2007), pode-se depreender que o nível de educação financeira de um indivíduo pode influenciar as suas escolhas financeiras. Um dos grandes papéis da alfabetização financeira é atuar na prevenção da inadimplência, pois que a mesma contribui para que os indivíduos compreendam as suas

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

operações financeiras tornando-os, dessa forma, mais capacitados para a tomada de decisões. (ANDERLONI; VANDONE, 2010).

As pesquisas sobre educação financeira estão concentradas, principalmente, nos Estados Unidos e no Reino Unido. As pesquisadoras Annamaria Lusardi e Olivia Mitchell realizaram várias pesquisas abordando esse assunto. Destaque para um artigo de Lusardi e Mitchell (2014) em que as autoras fazem uma avaliação das pesquisas realizadas sobre a temática literacia financeira. São utilizadas pesquisas recentes para evidenciar o quanto se conhece os subgrupos de população com menores níveis de conhecimentos financeiros. É feito um exame do impacto da alfabetização financeira na tomada de decisão econômica nos Estados Unidos e em outros países como Alemanha, França e Japão, dentre outros. Segundo as autoras, embora a literatura ainda seja recente, podem ser extraídas conclusões sobre os efeitos e as consequências do analfabetismo financeiro e o que funciona para remediar tal situação. Inclusive faz reflexões sobre o que os pesquisadores podem melhorar nos modelos teóricos e empíricos, bem como as políticas públicas que podem ser elaboradas.

Dentre outras, as autoras citam a pesquisa de Carpena *et al.* (2011) que procurou evidenciar como os programas de educação financeira influenciam o comportamento financeiro. A pesquisa foi realizada na Índia, em famílias de baixa renda, e em seus resultados mostrou que a educação financeira influenciou positivamente a conscientização e as atitudes dos participantes em relação a produtos financeiros e ferramentas de planejamento financeiro.

Cabe destacar também os resultados de duas pesquisas realizadas no Brasil por Correia, Lucena e Gadelha (2014; 2015). Na primeira, a pesquisa realizada teve como objetivo principal identificar quais as características de formação financeira dos alunos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) de uma universidade federal influenciam nas decisões financeiras para a sua vida, um dos resultados da pesquisa apontou que a principal fonte de conhecimento na busca de informações sobre o gerenciamento de dinheiro é a família, o que mostra que a influência dos pais esta intrinsecamente relacionada as decisões financeiras dos entrevistados (GADELHA; LUCENA; CORREIA, 2014).

A segunda pesquisa foi realizada com estudantes do curso de Ciências Contábeis de cinco instituições de ensino superior da grande João Pessoa com o objetivo de identificar o nível de educação financeira dos estudantes, dentre os resultados encontrados está que mães com maiores níveis de escolaridades, contribuem bastante para uma educação financeira mais adequada dos seus filhos (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2015).

2.2 A OCDE e a ENEF

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE é um organismo criado na década de 1960, quando 18 países europeus junto com os Estados Unidos e Canadá uniram forças para criar uma organização dedicada ao desenvolvimento econômico (OCDE, 2017).

É, atualmente, formada por 35 países membros, abrangendo o mundo, da América do Norte e do Sul, Europa, Ásia e Oceania. Incluindo os países mais avançados do mundo, como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália, incluindo, também países emergentes como o México, o Chile e a Turquia. Trabalham ainda em parceria com as economias emergentes, como a China, Índia e Brasil. O objetivo da organização é construir um mundo mais forte, mais limpo e mais justo (OCDE, 2017).

A missão da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo (OCDE, 2017).

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

Como resposta às crescentes preocupações a respeito dos efeitos adversos dos baixos níveis de educação financeira nos seus países membros, a OCDE lançou um projeto de educação financeira que contempla estudos sobre literacia financeira.

A OCDE (2005) acredita na importância da educação financeira devido aos seguintes fatores: aumento da variedade de produtos financeiros ofertados e maior complexidade dos mesmos; aumento da expectativa de vida; mudanças nas regras de aposentadorias, os trabalhadores assumem a responsabilidade de poupar para a aposentadoria; e baixos níveis de educação financeira, principalmente, entre as pessoas de baixa renda e grau de instrução.

A partir da década de 1990, a globalização, a introdução da economia brasileira no cenário mundial e a estabilização econômica provocaram profundas mudanças no mercado brasileiro, resultando no desenvolvimento de novos instrumentos financeiros. A complexidade desses novos instrumentos demonstra que a população necessita compreender, cada vez mais, os conceitos financeiros, para embasar as suas decisões de investimento e de financiamento, e elevar ao máximo o seu bem-estar econômico e social (SAVOIA, SAITO E SANTANA, 2007).

Diante desse contexto, os quatro órgãos reguladores do Sistema Financeiro Nacional (BCB, CVM, PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar e SUSEP - [1] Superintendência de Seguros Privados) formaram o COREMEC - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização o qual constituiu um grupo de trabalho, em 2007, com o intuito de elaborar uma proposta de estratégia nacional de educação financeira (ENEF, 2017).

A ENEF foi formalmente criada através do Decreto Presidencial nº 7.397. Esse Decreto também criou o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). A ENEF foi inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE em 2005, adaptado para a realidade brasileira:

> o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (ENEF, p.3).

Em suas diretrizes e objetivos, a ENEF considera a relevância da educação financeira no contexto brasileiro. Ela estabelece uma política permanente do Estado para a educação financeira, convocando a ação conjunta dos setores público e privado, com gestão centralizada e execução descentralizada (ENEF, 2017).

A gestão centralizada visa garantir a consistência metodológica entre programas e ações, impedindo o uso da educação financeira como ferramenta de marketing ou venda disfarçada de produtos e serviços financeiros. Por outro lado, a descentralização das atividades e projetos procuram fornecer efetividade à ENEF, considerando as dimensões continentais do território e os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) (ENEF, 2017).

A ENEF brasileira é resultado da articulação entre instituições governamentais e da sociedade civil e, por esta característica, valoriza ações que integrem a iniciativa privada, a sociedade civil e o governo.

Nesse sentido, em 2011, a Escola de Educação Financeira do Rioprevidência (EEF) é criada e assina um termo de cooperação com a CVM / ENEF, com o intuito de promover a educação financeira e previdenciária da população, bem como contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

A Escola assinou termos de cooperação com universidades (UFRJ e UERJ) com o objetivo de fomentar à pesquisa, o desenvolvimento e à divulgação de trabalhos acadêmicos na

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

área da educação financeira e previdenciária do servidor público e com instituições de proteção e defesa do consumidor (DPGE/NUDECON – Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e PROCON Carioca), com o objetivo de orientar os consumidores sobre os contratos bancários, regidos pelo código de defesa do consumidor. Além disso, a Escola mantém vínculos com outras instituições, tais como: CRC-RJ – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro; SUSEP; BACEN – Banco Central do Brasil; Tesouro Nacional; ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; entre outros.

Como parte da sua programação, cabe o destaque às consultas com o "Doutor. Finanças", com a finalidade de auxiliar a organização das finanças pessoais; ensinar a fazer orçamento pessoal, como tomar decisões de investimento e de financiamento (baseadas em objetivos que se pretende alcançar), qual o valor do dinheiro no tempo (juros e empréstimos), os tipos de crédito e as formas de se reestruturar dívidas/finanças pessoais.

Nessa consulta individual ou familiar, um planejador financeiro, atende gratuitamente as pessoas interessadas, com duração de aproximadamente 45 minutos; o atendimento pode ser solicitado pelo interessado pelo telefone ou pelo site da EEF.

2.3 Utilidade das Informações Contábeis para as Pessoas Físicas

As origens da Contabilidade estão associadas aos controles pessoais, conforme pode-se constatar na literatura específica há uma forte ligação entre a necessidade de se controlar o patrimônio familiar e a origem da Contabilidade propriamente dita.

Deste modo, o foco da Contabilidade, num certo momento da história, passa a ser as organizações, deixando as pessoas físicas de lado. Em outras palavras, constata-se que a Ciência Contábil tem desempenhado bem sua missão nos complexos econômicos, tais como: empresas, organizações, países etc. Entretanto, tem deixado uma lacuna quando se trata de indivíduos, pessoas físicas e, por conseguinte, as famílias (MARION, 2008).

De acordo com Iudícibus et al. (2010), apesar da contabilidade ser mais utilizada pelas pessoas jurídicas, a Contabilidade também pode ser usada para as pessoas físicas e que esta não deve deixar de exercer sua função de mensuração e controle também dos patrimônios individuais. Segundo os autores, frequentemente, as pessoas ignoram que alguns conceitos de Contabilidade e Orçamento podem auxiliar no controle, ordem e equilíbrio de seus orçamentos domésticos.

Nunes (2006) acredita que a população em geral sofra com a ausência de planejamento e controle das finanças pessoais, e por causa disso, as pessoas enfrentam algumas dificuldades cotidianas e algumas técnicas contábeis podem auxiliar na solução. Um primeiro fator, identificado pela autora é a falta de tempo para pensar antes de realizar a compra de bens o que acarreta, em alguns casos, uma série de maus negócios como por exemplo, muitas vezes, a aquisição da casa própria, que deveria ser um motivo de alegria da família, torna-se um pesadelo.

Para Nunes (2006), é possível supor que as pessoas que elaboram as demonstrações contábeis de seus bens, direitos e obrigações possuem uma grande vantagem, pois têm uma visão ampla de seus negócios, permitindo, dessa forma, evitar transtornos financeiros com a prévia consulta dos relatórios contábeis.

Outro ponto destacado pela autora é a facilidade de crédito dos cartões, cheques pré-datados e crediário em geral, muitos indivíduos se complicam diante do crédito fácil e no momento de ir às compras, por não saberem avaliar a situação financeira, compram um bem sem saber se poderão pagar por ele. Segundo Nunes (2006), nesse caso específico, a Contabilidade poderia auxiliar com o cálculo da necessidade de capital de giro. Tal

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

procedimento indicaria o valor a ser pago e, então, a pessoa poderia buscar recursos para resolver o deslize.

O consumo excessivo é outro fator importante mencionado pela autora, uma vez que geralmente provoca um aumento da inadimplência e isso não é bom para as pessoas, para as empresas e para o país. De acordo com Nunes (2006) este tipo de problema poderia ser minimizado pela promoção de uma cultura de planejamento e acompanhamento da estrutura financeira pessoal.

Um terceiro aspecto apresentado é que os problemas financeiros pessoais acarretam prejuízos para o indivíduo que não controla seus gastos, pois ele passa a pagar mais juros e por conseguinte seu poder de compra diminui e há aumento da inadimplência (NUNES, 2006).

Em decorrência do aumento da inadimplência e queda do poder de compra há um impacto na economia do país, pois as vendas das lojas e a atividade produtiva das indústrias diminuem o que provoca perdas de postos de trabalhos, queda na arrecadação de tributos e redução dos investimentos (NUNES, 2006).

E, finalmente, para a autora, o trabalhador endividado tem o seu o desempenho no trabalho prejudicado, ou seja, há queda em sua capacidade produtiva, porque seu pensamento estará focado em seus problemas financeiros. Nunes (2016, p. 66) acredita que uma pessoa endividada poder envolver-se “num ciclo de ações e reações negativas que poderão resultar em situações extremas, como a perda de emprego ou até o desmantelamento de células familiares”.

Nunes (2016) sustenta que a adaptação das técnicas contábeis para a gestão das finanças pessoais pode contribuir na solução dos problemas comentados anteriormente, pois proporcionaria aos indivíduos ferramentas para administrarem seus recursos. Consequentemente, “as pessoas saberiam quanto ganham, onde gastam, quanto sobra, quando e como aplicar seu capital, bem como qual previdência escolher, quanto por cento da renda mensal guardariam, bem como as demais lacunas” (NUNES, 2016, p. 67).

Diante desse panorama a seção seguinte apresenta os relatórios contábeis que podem ser utilizados no planejamento financeiro pessoal.

2.4 Demonstrações Contábeis para a Gestão das Finanças Pessoais

O planejamento financeiro pessoal refere-se ao controle de embolsos e desembolsos, fixação e revisão periódica de metas, investimentos e avaliação dos avanços que estão sendo feitos, deve ser elaborado a curto, médio e longo prazo, e ter flexibilidade para ser alterado de acordo com os objetivos de cada indivíduo.

O objetivo do planejamento financeiro é a elaboração de um plano que possibilite ao indivíduo o acúmulo de recursos para a formação do patrimônio com o intuito de alcançar o objetivo principal que é o bem-estar financeiro.

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários (2014) elaborou um guia de planejamento financeiro para as pessoas físicas que é disponibilizado no portal do investidor (Site elaborado e mantido pela CVM com finalidade educacional: http://portaldoinvestidor.gov.br/index.html). O guia apresenta conceitos e técnicas de natureza contábil que possibilita aos leitores aplicá-los em seus planejamentos financeiro de forma auxiliá-los na organização de suas finanças e na conquista de seus objetivos.

O guia da CVM (2014) recomenda aos leitores que elaborem um balanço patrimonial e a demonstração de fluxos de caixa e para este sugere classificação das despesas conforme sua natureza: alimentação, saúde, educação etc. Estes relatórios são algumas das demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas.

As demonstrações contábeis são relatórios elaborados pelas pessoas jurídicas e pelo governo. São elaboradas no fim de cada exercício social e ficam à disposição da fiscalização

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

pública. Conforme o guia da CVM (2014) e de acordo com Silva et al. (2017) algumas demonstrações utilizadas na contabilidade das organizações podem também ser usadas na mensuração do patrimônio pessoal, algumas com pequenos ajustes, dessa forma, é possível verificar em que o dinheiro está sendo gasto e acompanhar a evolução do patrimônio do indivíduo. A seguir são apresentados dois relatórios contábeis que podem ajudar na gestão e controle do patrimônio pessoal recomendados pelo guia da CVM (2014) e por Silva et al. (2017).

O balanço patrimonial evidencia o valor dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa jurídica ou física num determinado período, como também a situação líquida patrimonial dos mesmos. Essa demonstração contábil permitirá ao indivíduo analisar a forma que seus bens e suas dívidas estão distribuídos. A atualização periódica desse relatório, anualmente, permitirá a avaliação da evolução da riqueza pessoal ou familiar.

O balanço é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Segundo Martins et al. (2013, p. 2): "o ativo compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros. O passivo compreende as exigibilidades e obrigações. E o patrimônio líquido representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa".

Aplicando os conceitos acima à gestão pessoal, o ativo representa as aplicações de recursos realizadas pela pessoa física em bens duráveis (veículos, imóveis etc.), e investimentos em aplicações financeiras (ações, títulos públicos, cadernetas de poupança etc.), como também suas disponibilidades (dinheiro, contas bancárias, valores a receber etc.). O passivo constitui as dívidas assumidas, estas indicam a captação de recursos com terceiros, como empréstimos e financiamentos e, também representa os gastos fixos e variáveis mensais com bens de consumo, investimentos em educação e tributos incidentes sobre os rendimentos e propriedades das pessoas físicas. A diferença entre o ativo (as posses de uma pessoa) menos o passivo (dívidas de uma pessoa), representa o patrimônio líquido ou situação líquida desta num dado momento.

A demonstração dos fluxos de caixa "visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo" (MARTINS et al., 2013, p. 5). É um relatório indispensável na gestão de qualquer entidade.

O mesmo se aplica às finanças pessoais, e para uma adequada gestão do patrimônio pessoal é recomendável fazer uso desta demonstração contábil. O fluxo de caixa faz o controle dos embolsos e desembolsos de recursos financeiros, em um determinado período, ou seja, é o controle de toda entrada e saída do dinheiro do patrimônio pessoal.

A elaboração e análise da demonstração dos fluxos de caixa permite verificar se o indivíduo está vivendo dentro das suas condições financeiras ou se está gastando mais do que ganha, por isso, é muito importante que todas as receitas e despesas sejam elencadas de forma detalhada de modo a permitir um diagnóstico correto e, também, um exercício do controle.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, pois esse tipo de pesquisa tem por finalidade principal descrever as características de uma população ou fenômeno ou, ainda o resultado de relações entre variáveis (GIL, 1991).

A estratégia metodológica utilizada foi a pesquisa documental, nessa metodologia documentos são investigados com o objetivo de descrever e comparar usos e costumes, diferenças, tendências e outras particularidades (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

O universo da pesquisa foi o serviço oferecido pela Escola de Educação Financeira do Rioprevidência, no Rio de Janeiro, denominado Doutor Finanças. Foram disponibilizados por

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

um dos profissionais que atendia no programa 53 prontuários (são as anotações do atendimento realizado, fazendo alusão ao prontuário médico).

A amostra inicial era de 53 prontuários, porém um foi descartado por ausência de dados importantes, ficando, dessa forma, a amostra composta por 52 prontuários. Estes 52 atendimentos ocorreram nos anos de 2016 a 2018, sendo:

- 2016: 03 atendimentos;
- 2017: 41 atendimentos;
- 2018: 08 atendimentos.

Em relação a abordagem esta pesquisa é de caráter quantitativo. Os estudos quantitativos, como o nome sugere, caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta de dados quanto no tratamento dos mesmos (MATIAS-PEREIRA, 2019).

Para análise dos formulários foi utilizada a técnica da análise de conteúdo com o intuito de verificar:

- O perfil do atendido (gênero, faixa etária, estado civil, faixa de renda e profissão);
- A razão do indivíduo buscar o atendimento do Doutor Finanças;
- Se o atendido tem o hábito de poupança e se está endividado;
- Verificar quais as recomendações e orientações foram dadas aos atendidos.

Os dados foram consolidados em tabelas e tratados por meio da estatística descritiva para verificação das frequências dos mesmos.

Este estudo, busca ainda investigar a chance de uma pessoa, que iniciou o atendimento/programa na clínica de finanças, retornar para pelo menos um novo atendimento. Para responder a tal questão será utilizado o modelo de Regressão Logística (Logit) que é amplamente utilizado, especialmente área de finanças para analisar eventos binários. Ele ajuda a compreender como a renda, idade, educação e histórico de crédito afetam as decisões financeiras e as chances de um determinado evento ocorrer.

Neste artigo, se a pessoa regressou pelo menos mais uma vez para a clínica de finanças pessoais, o modelo assume o valor 1, e 0, caso contrário. Em geral, o modelo Logit é mais comumente utilizado devido à sua simplicidade e interpretação dos coeficientes. Além disso, faz menos suposições sobre a distribuição dos erros, o que pode ser traduzido como uma vantagem. Finalmente, os modelos foram implementados com o auxílio do *software EViews 12*.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva

Foi levantado o perfil dos 52 indivíduos atendidos, considerando as seguintes categorias: gênero, idade, estado civil e faixa de renda, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos atendidos

PERFIL	**Nº de Atendidos**	**% Atendidos**
Gênero		
Feminino	34	65%
Masculino	18	35%
Idade		
De 20 a 30 anos	09	17%
De 31 a 50 anos	25	48%
De 51 a 60 anos	16	31%
Mais de 60 anos	02	4%

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

Estado Civil		
Solteiro	16	31%
Casado	24	46%
Outros	12	23%
Renda		
Até 1 salário mínimo	08	15%
Mais de 1 salário mínimo e até 5 salários mínimos	24	46%
Mais de 5 salários mínimos	17	33%
Não sabe	03	6%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Constata-se que a maioria das pessoas que procura os serviços do Doutor Finanças é do gênero feminino, adulta, na faixa etária dos 31 a 50 anos, casada e com renda superior a um salário mínimo e inferior a cinco salários mínimos.

No quesito renda, é importante destacar que três pessoas não souberam responder o valor da sua renda em função do endividamento e descontrole financeiro.

Em relação à ocupação profissional dos atendidos, observou-se que a maior parte dos indivíduos são servidores públicos das três esferas (federal, estadual e municipal), totalizando 15 dos atendidos, que representa 29% do total. Foi possível identificar, também, que entre os atendidos tinham: 07 aposentados; 03 enfermeiros; 02 professores; 02 dentistas; 02 advogados; 02 estudantes (um graduando de Economia e um doutorando em Geologia). Entre os demais atendidos encontram-se: administrador, analista de logística, antropóloga, bancário, comerciante, dona de casa, engenheiro de produção, guia turístico, jornalista, taxista e outros.

A maior parte dos atendidos são moradores do município do Rio de Janeiro, um total de 46 indivíduos, representando 88% da amostra; quanto aos demais, 12% são moradores de municípios da Baixada Fluminense, como Duque de Caxias, Belford Roxo, Japeri e Nova Iguaçu; da região metropolitana: São Gonçalo; e também da região norte fluminense do estado, município de Macaé.

O número de consultas feitas ao Doutor Finanças fica a critério de cada indivíduo, dessa forma, da amostra foi possível verificar que das 52 pessoas atendidas: 1 pessoa compareceu a 09 consultas; 1 pessoa compareceu a 06 consultas; 1 pessoa a 05 consultas; 1 pessoa a 03 consultas; 6 pessoas a 02 consultas e, por fim, 42 pessoas somente a 1 consulta. Cabe ressaltar que na grande maioria dos casos, o profissional sugeriu um retorno.

A Tabela 2 apresenta os motivos pelos quais as pessoas buscam os serviços do Doutor Finanças e conforme pode-se observar uma das razões principais é o fato do indivíduo encontrar-se em algum grau de endividamento. O ‘alto endividamento’ é o caso em que a pessoa tem grande parte da sua parte comprometida com dívidas sobrando muito pouco para o seu sustento. O ‘endividamento importante’ é aquele caso que o indivíduo consegue pagar algumas dívidas, mas apresenta preocupação no comprometimento da renda. No terceiro caso, a pessoa tem dívidas que não comprometem sua renda, mas não consegue fazer sobrar para investir e, por isso, quer aprender sobre o planejamento financeiro. Na última categoria estão aqueles que não possuem dívidas e querem aperfeiçoar seus conhecimentos sobre planejamento financeiro e investimentos.

Tabela 2 – Motivos da busca pelo atendimento do Doutor Finanças

Motivos	**Nº de Atendidos**	**% Atendidos**
Alto endividamento	16	31%
Endividamento importante	04	8%
Possui dívidas e quer aprender sobre planejamento financeiro	10	19%
Aprender sobre planejamento financeiro	22	42%

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Dentre os 16 indivíduos altamente endividados 07 foram recomendados que procurassem outro serviço da Escola de Educação de Financeira, o NUDECON – Núcleo de Defesa do Consumidor para buscar orientações com o Defensor Público, pois identificou-se que a situação em que se encontravam caracterizava-se como superendividamento e a Defensoria Pública pode intermediar a negociação das dívidas. Adicionalmente, cabe destacar que duas pessoas declararam frequentar os devedores anônimos (DA).

Conforme demonstrado na Tabela 3, dos 52 indivíduos atendidos verificou-se que 5 pessoas declararam possuir algum recurso poupado; 4 pessoas disseram possuir algum tipo de investimento; e 7 pessoas informaram possuir recurso poupado e também investido. Os investimentos citados foram: previdência privada, Tesouro Direto e LCI (Letra de Crédito Imobiliário). Verificou-se que nenhum dos atendidos declarou possuir recursos numa reserva de emergência.

Tabela 3 – Poupança e Investimentos

	Nº de Atendidos	**% Atendidos**
Poupança	05	10%
Investimentos	04	8%
Poupança e Investimentos	07	13%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Da análise dos prontuários identificou-se que 8 pessoas afirmaram fazer algum tipo de anotação dos seus gastos e apenas 3 declararam elaborar algum tipo de orçamento; 2 pessoas informaram utilizar o aplicativo para celular “minhas economias”.

Nas consultas, inicialmente, o profissional faz anotações gerais (nome, idade, estado civil, endereço, renda, ocupação) sobre o indivíduo e sobre o motivo que o levaram a procurar o atendimento do Doutor Finanças.

Se o atendido apresenta um alto nível de endividamento ou mesmo um endividamento significativo o profissional busca orientar o atendido na solução desse problema com recomendações: listar todas as dívidas com suas respectivas taxas de juros para se elaborar um plano para quitação das mesmas, uma vez que as dívidas com maiores taxas devem ser pagas primeiro. Se identificado um superendividamento é feita a sugestão de buscar orientações no NUDECON para com a intervenção do defensor público buscar uma negociação da dívida.

Um passo considerado fundamental e é uma recomendação feita a todos os atendidos é que elaborem uma anotação detalhada de todas as suas rendas (receitas) e todos seus gastos (despesas). Sugere-se que durante um período, preferencialmente, de um mês registrem todas as receitas e despesas. Aconselha-se que criem categorias, tais como alimentação, habitação, saúde, educação, transporte, lazer etc. e que não esqueçam dos pequenos gastos. Pode-se também criar categorias de despesas: fixas ou variáveis; necessárias ou desnecessárias. Recomenda-se que façam da mesma forma para as receitas e depois efetuem o resultado do mês e depois estendam para o período de um ano.

A tabela resultante é o fluxo de caixa pessoal a partir dele os atendidos terão condições de identificar se gastam mais do que ganham, ou seja, se estão vivendo de acordo com suas condições financeiras.

Também é explicado que não basta elaborar o fluxo de caixa, mas é preciso fazer o acompanhamento e o controle da sua execução. Portanto, é importante verificar o que foi cumprido e, o que porventura não foi executado, descobrir as causas e averiguar se é preciso fazer ajustes.

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

Verificou-se que em alguns atendimentos, depois de uma simples aplicação da técnica com base em alguns dados e valores relatados durante a consulta, alguns atendidos chegam à conclusão de gastam mais do que ganham.

Outra recomendação que o profissional faz aos atendidos é a elaboração do balanço patrimonial e consequentemente o cálculo do seu patrimônio líquido. Explica-se o conceito de patrimônio líquido que é a riqueza que realmente uma pessoa possui depois de deduzido suas dívidas (passivo) dos seus bens e direitos (ativos). Recomenda-se que o interessado elabore o seu balanço ao menos anualmente para que possa acompanhar a evolução da sua riqueza.

O profissional também orienta que todos façam uma reserva de recursos para emergências, tais como: doença, desemprego. Geralmente, aconselha-se que o valor da reserva represente os recursos necessários para cobertura do custo de vida por um período de 3 a 6 meses e que esse montante seja aplicado num investimento de alta liquidez.

Uma recomendação que também é dada, principalmente para aqueles que não se encontram endividados, e que já têm o hábito de poupar e possuem investimentos é que estabeleçam um objetivo para o dinheiro poupado e investido. Isto é, que pensem sobre como desejam no futuro usufruir desse investimento. Neste sentido, é importante definir a finalidade da poupança/investimento para que se escolha o tipo de investimento adequado para cada objetivo de curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, cabe mencionar, aqui, três atendimentos que se destacaram, pois os indivíduos foram a várias consultas. O primeiro caso é de uma pessoa atendida que foi a seis consultas e buscou o serviço porque apresentava um caso grave de endividamento com dívidas no cheque especial, cartão de crédito e consignados; relatou que fez uma viagem que agravou o seu endividamento. Informou ainda que não fazia nenhum tipo de controle dos gastos, gastava mais do que ganhava e possuía problemas com sono. A partir das consultas, relatou que começou a elaborar o planejamento financeiro, com as orientações recebidas, numa planilha eletrônica, que estava em fase de renegociação de uma das dívidas e que as demais obrigações estava conseguindo amortizar.

Outra pessoa atendida que informou um alto endividamento e que em decorrência disso um familiar gerenciava sua vida financeira por meio de uma declaração, foi a nove consultas, declarou-se consumista e frequentadora dos devedores anônimos. Além das recomendações das técnicas apresentadas anteriormente, foi sugerido a eliminação do cartão de crédito e que adequasse seus gastos à sua renda. Após as consultas relatou um melhor controle financeiro e a quitação de uma das dívidas.

Um terceiro caso de uma pessoa que foi a cinco consultas, reportou dívidas com a Caixa Econômica Federal - CEF, cheque especial, cartões de lojas e que tinha compulsão em ir a supermercados e, também, que gastava tudo o ganhava e, por conta de tudo isso, não conseguia resolver problemas dentários. As recomendações adicionais foram fazer lista de compras e tentar diminuir as idas ao mercado gradativamente. O atendido declarou que conseguiu eliminar a dívida do cheque especial.

Os casos relatados demonstram o quanto que a educação financeira impacta no bem-estar do indivíduo e que por meio de adaptação de técnicas aplicadas às pessoas jurídicas pode contribuir positivamente para a gestão financeira pessoal.

4.2 Modelo Logit

Quando se trata de gerenciar as finanças pessoais, é importante considerar os diferentes fatores que podem influenciar nossas decisões e as probabilidades de alcançar nossos objetivos financeiros. Existem ferramentas estatísticas ou econométricas que podem auxiliar nessa

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

análise, permitindo prever eventos financeiros pessoais ou um padrão com base em uma amostra.

Neste estudo, há o interesse na implantação e manutenção de uma clínica de finanças pessoais. Portanto, buscou-se não apenas investigar o interesse no serviço e o impacto do mesmo no bem-estar dos atendidos, mas ainda compreender como alguns fatores podem interferir na permanência do programa, tendo em vista que a solução de muitas questões financeiras demanda algum tempo e orientação.

Assim, no contexto das finanças pessoais, alguns modelos econométricos podem responder perguntas como: qual é a probabilidade de alguém ser aprovado para um empréstimo com base em sua renda? Neste estudo, estamos interessados na chance de uma pessoa, que iniciou o atendimento/programa na clínica de finanças, retornar para pelo menos um novo atendimento.

Para responder a tal questão foi utilizado o modelo preditivo Logit, com o uso do *software EViews 12*, assim, a função de probabilidade condicional do modelo é descrita pela seguinte expressão:

$$P(Y=1|X) = 1 / (1 + \exp(-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + ... + \beta\square X\square))) \quad (1)$$

Onde:

$P(Y=1|X)$ é a probabilidade condicional do evento ocorrer dado o vetor de variáveis independentes ou explicativas X.

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, ..., \beta\square$ são os coeficientes do modelo que representam o efeito das variáveis independentes $X_1, X_2, ..., X\square$ na probabilidade do evento ocorrer.

exp(x) é a função exponencial de x.

Finalmente, as variáveis independentes (X) escolhidas para esse experimento são a renda líquida mensal (RENDA), a idade (IDADE), estar empregado(a) (EMPREGADO(A)) e o gênero (GENERO). As duas primeiras são variáveis explicativas contínuas, enquanto as duas últimas são binárias.

A Tabela 4 apresenta os resultados do modelo Logit, conforme pode ser observado, os parâmetros associados à renda e à idade são estatisticamente significativos para o nível de significância de 5%. Por outro lado, estar empregado(a), assim como o gênero não interferem no retorno à clínica financeira.

Tabela 4 – Modelo Logit

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
RENDA	-0.412037	0.193335	-2.131204	0.0331
IDADE	0.102227	0.039110	2.613838	0.0090
EMPREGADO_A	0.784256	1.315016	0.596385	0.5509
GENERO	0.670697	0.897623	0.747192	0.4549
C	-4.826252	2.074758	-2.326176	0.0200

McFadden R-squared	0.242958	Mean dependente var	0.260870
S.D. dependente var	0.443961	S.E. of regression	0.394145
Akaike info criterion	1.086421	Sum squared resid	6.369361
Schwarz criterion	1.285187	Log likelihood	-19.98769
Hannan-Quinn criter.	1.160880	Deviance	39.97538
Restr. Deviance	52.80473	Restr. log likelihood	-26.40237
LR statistic	12.82935	Avg. log likelihood	-0.434515
Prob (LR statistic)	0.012140		
Obs with Dep=0	34	Total obs	46
Obs with Dep=1	12		

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

Na investigação realizada foi identificado que o efeito associado ao rendimento de cada indivíduo (RENDA), é negativo. Entretanto, diferente do modelo padrão de regressão linear, o parâmetro da regressão logística não possui uma interpretação direta. Assim, podemos analisar por duas perspectivas. A primeira como a razão de chance, enquanto a segunda transformada em razão de chance em uma interpretação percentual, o qual é o objetivo nesta pesquisa. Dessa forma, quanto maior a renda, menor a probabilidade de retorno (-33,65%). Esse resultado é particularmente interessante, pois um dos objetivos é implantar uma clínica de finanças pessoais em uma região com o PIB per capita mais baixo em comparação com o Estado (2010-2018) (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, 2023).

Por outro lado, quanto mais elevada é a idade do indivíduo, maior é a chance de retorno à clínica para aprimorar e solucionar as dificuldades financeiras do participante do programa. Esse resultado poderia ser denominado de "efeito-maturidade". Procedendo da mesma forma que no coeficiente RENDA, foi calculada a probabilidade associado ao aumento da idade. Neste caso, conclui-se a probabilidade é de 10,76%.

Quanto às variáveis categóricas EMPREGADO(A) e GÊNERO, os coeficientes não são estatisticamente significativos para essa amostra e não permitem tecer maiores considerações.

Por fim, para avaliar o ajuste do modelo, foi usado o teste de Hosmer e Lemeshow (H-L). Esse teste é considerado mais robusto do que o teste de chi-quadrado comum, principalmente quando existem variáveis independentes contínuas ou quando o tamanho da amostra é pequeno (GARSON, 2011).

Tabela 5 – Teste de Hosmer e Lemeshow (H-L)

	Quantile of Risk		Dep=0		Dep=1		Total	H-L
	Low	High	Actual	Expect	Actual	Expect	Obs	Value
1	0.0021	0.0193	4	3.96253	0	0.03747	4	0.03783
2	0.0352	0.0632	5	4.76958	0	0.23042	5	0.24155
3	0.0703	0.0977	3	3.65770	1	0.34230	4	1.38198
4	0.1032	0.1205	4	4.43660	1	0.56340	5	0.38130
5	0.1269	0.1767	4	4.21292	1	0.78708	5	0.06836
6	0.2106	0.2260	4	3.13407	0	0.86593	4	1.10518
7	0.2438	0.3261	4	3.57741	1	1.42259	5	0.17545
8	0.3500	0.3927	2	2.52782	2	1.47218	4	0.29945
9	0.4187	0.5859	4	2.48945	1	2.51055	5	1.82545
10	0.6219	0.8740	0	1.23193	5	3.76807	5	1.63469
		Total	34	34.0000	12	12.0000	46	7.15126
H-L Statistic			7.1513		Prob. Chi-Sq(8)		0.5204	

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

De acordo com o resultado apresentado na Tabela 5, o teste de *Hosmer* e *Lemeshow* não rejeita a hipótese de que o modelo está bem ajustado aos dados, ao nível de significância de 5%, portanto, confirmamos a qualidade do ajuste do modelo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral para essa pesquisa de investigar a importância da educação financeira na vida dos atendidos pelo serviço de apoio às famílias, denominado Doutor Finanças oferecido pela Escola de Educação Financeira no Rio de Janeiro. Para atingir o objetivo geral buscou-se verificar se o serviço pode contribuir para o bem-estar dos atendidos e quais as recomendações feitas aos atendidos;

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

Analisando os dados obtidos através dos prontuários de 52 pessoas atendidas no Doutor Finanças, em sua grande maioria no ano de 2017, os resultados demonstram que são feitas recomendações aos atendidos para que elaborem o balanço patrimonial pessoal ou familiar e a demonstração dos fluxos de caixa, é explicado como essas técnicas contábeis serão capazes de auxiliá-los num maior controle financeiro e na tomada de decisão quanto às suas finanças pessoais.

São dadas orientações para que o balanço patrimonial e demonstração dos fluxos de caixa sejam elaborados de forma habitual e sejam feitos o devido acompanhamento e controle da sua execução, pois essas ações proporcionarão benefícios, tais como uma melhor gestão dos recursos disponíveis e prevenção ao endividamento.

Verificou-se que a maior parte dos atendidos não realiza qualquer tipo de controle financeiro pessoal e encontra-se endividada. Acredita-se que problemas de endividamento e de inadimplência, entre outros, poderiam ser evitados se os indivíduos conhecessem melhor sua situação financeira e utilizassem informações extraídas das demonstrações contábeis recomendadas para a tomada de decisões.

Por fim, observou-se que por meio dos casos apresentados a educação financeira pode contribuir para o bem-estar das pessoas.

Esta pesquisa buscou ainda investigar se os atendidos tiveram uma assiduidade mínima necessária no programa, uma vez que os pesquisadores planejam implantar uma clínica no mesmo modelo na Baixada Fluminense, no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRRJ. Para atingir esse objetivo foi desenvolvido um modelo Logit.

Os resultados apresentados evidenciaram que a renda e a idade dos atendidos são estatisticamente significativos, ou seja, quanto mais elevada a renda menor a probabilidade de retorno, e quanto mais experiente (maior faixa etária) for o indivíduo, maiores as chances de retornar à clínica para aperfeiçoar e resolver as suas dificuldades financeiras. Por outro lado, as variáveis gênero e se o participante está ou não empregado não apresentaram significância estatística.

Sugere-se que sejam realizadas pesquisas em que possa aprofundar o impacto da educação financeira no bem-estar da população e, se disseminação de técnicas contábeis adaptadas às pessoas físicas podem ser úteis para as finanças pessoais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Quase 78% da população está endividada no Brasil. 31 mar 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2022-03/quase-78-da-populacao-esta-endividada-no-brasil. Acesso em: 29 jun 2022.

ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of overindebtedeness and behavioral factors. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>. Acesso em: 07 jun. 2018.

ANTONI, X.L. Financial Literacy and Behaviour among the Black Community in Nelson Mandela Bay. *Master in Commerce. Department of Business Management in the Faculty of Business and Economic Sciences at the Nelson Mandela Metropolitan University. April,* 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, A; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Guia CVM de Planejamento Financeiro. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.investidor.gov.br/guiafinanceiro>

CORREIA, T. S.; LUCENA, W. G. L.; GADELHA, K. A. L. **A** Educação Financeira como um Diferencial nas Decisões de Consumo e Investimento dos Estudantes do Curso de Ciências Contábeis na Grande João Pessoa**. R. Cont. UFBA**, Salvador - BA, v. 9, n. 3, p. 103 - 117, set-dez 2015.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/PORT/enef.asp>. Acesso em: 12 out. 2017.

FERNANDES, D. T. **Acerca da Literacia Financeira**. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado Economia Portuguesa e Integração Internacional). Departamento de Economia. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2011.

GADELHA, K. A. L.; LUCENA, W. G. L.; CORREIA, T. S. Decisões Financeiras x Formação Acadêmica: uma contribuição com base na educação financeira. In: 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade. **Anais...**, Florianópolis, SC, Brasil, 2014.

GARSON, G. D. Testing of assumptions, from Statnotes: Topics in multivariate analysis. Washington, DC: **Journal of International Food Policy Research Institute**, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HENRIQUES, S. C. M. **Aspectos da Literacia Financeira dos Portugueses. Um estudo empírico**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Auditoria). 2010. 255 f. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2010.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, S. C. **Contabilidade Introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. **Journal of Economic Literature**, 2014, v. 52, n. 1, p. 5-44.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial Literacy and Retirement Preparedness: Evidence and Implications for Financial Education. **Business Economics**, v. 42, n. 1, p. 35-44, 10p. Jan. 2007.

MARION, J. C. Reflexões sobre a Contabilidade Mental. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n.172, Julho/Agosto – 2008.

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária –** aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NUNES, P. Utilização da Contabilidade no planejamento e controle das finanças pessoais. **Revista Catarinense da Ciência Contábil** – CRCSC - Florianópolis, v. 5, n. 15, p.59-72, ago./nov. 2006.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. OECD's Financial Education Project. OCDE, 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/> Acesso em: out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies. November 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm> Acesso: out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. Sobre a OCDE. Membros e Parceiros. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/> Acesso: out. 2017.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa** (RECADM), 2013.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A.T.; F.A. SANTANA. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 121-41, Nov./Dez. 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Observatório do Trabalho. Disponível em: < https://www.trabalho.rj.gov.br/notas_tecnicas/> Acesso em: 04 jun. 2023.

SILVA, P. M.; BILAC, D. B. N.; CUNHA, C. A.; BARBOSA, S. M. Contribuição da Contabilidade para as Finanças Pessoais. **Revista Humanidades e Inovação**. v.4, n.5, 2017.

SILVA, S. B. C. N. **Alfabetização Econômica, Hábitos de Consumo e Atitudes em Direção ao Endividamento de Estudantes de Pedagogia.** 2008 Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil, 2008.

PDF criado com pdfFactory Pro versão de avaliação www.pdffactory.com